



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2026
REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO 06/2026
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Processo Administrativo nº 001.0000066/2026

O MUNICÍPIO DE ARRAIAL, ESTADO DO PIAUÍ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n.º 06.554.026/0001-68, com sede na Av. Cândido Muniz, centro – CEP 64.480-000, Município de Arraial – PI, por seu representante legal, o prefeito municipal o Sr. Aldemes Barroso da Silva, brasileiro, portador do RG nº 2.256.890 SSP-PI e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.496.573-70, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 06/2026, processo administrativo nº 001.0000066/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objetivo o Registro de preço para futuras aquisição de pneus destinados aos veículos e máquinas pertencentes a prefeitura e suas secretarias, conforme especificado no termo de referência, anexo I do Edital, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA: ODILON MADEIRA COELHO – EPP					
CNPJ: 00.909.822/0001-90					
ENDEREÇO: BR PI – 05, nº 181, Bairro Tiberão, Floriano - PI					
REPRESENTANTE: Odilon Madeira Coelho, Sócio – Administrador, CPF: 160.517.423-87					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
0001	CAMINHÃO BASCULANTE IVECO TECTOR- 260E28 (ANO-2013/2014) – PLACA – LWO – 3101, PNEU 10.00-20	UND	16	R\$ 1.800,00	R\$ 28.800,00
0002	CAMINHÃO TANQUE M.BENS ATRON – 2729K – (ANO 2013) – PLACA LWQ – 1259, PNEU 10.00 - 20	UND	16	R\$ 1.900,00	R\$ 30.400,00
0003	ÔNIBUS ESCOLAR – VOLKS – 15190 – EOD – (ANO 2011) – (C/MOTOR MWM) PLACA OEB – 7605, PNEU 9.00-20	UND	16	R\$ 1.320,00	R\$ 21.120,00
0004	ÔNIBUS ESCOLAR – VOLKS – 15190 – (ANO 2012/2013) – (C/MOTOR MAM) PLACA OUE – 0722, PNEU 9.00-20	UND	16	R\$ 1.320,00	R\$ 21.120,00
0005	HILUX (AMBULÂNCIA) ANO 2023, E	UND	24	R\$ 800,00	R\$ 19.200,00



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL



	HILUX (AMBULÂNCIA) ANO 2026, PNEU 225/70 R17				
0006	TOYOTA HILUX CD 4X4 – (ANO – 2010/2011) – PLACA: NIQ: 4875, PNEU 245/70 R16	UND	16	R\$ 905,82	R\$ 14.493,12
0007	MOTONIVELADORA PATROL 120K – CATERPILLAR, PNEU 14.00-24	UND	12	R\$ 4.400,00	R\$ 52.800,00
0008	PÁ ENCHEDEIRA – W130 – NEW HOLLAND, PNEU 17.5-25	UND	8	R\$ 4.900,00	R\$ 39.200,00
0009	RETRO – ESCAVADEIRA JCB 3C (C/MOTOR MWM), PNEU P. D 12.5/80-18	UND	6	R\$ 1.800,00	R\$ 10.800,00
0010	RETRO – ESCAVADEIRA JCB 3C (C/MOTOR MWM) PNEU P. T 17.5-25	UND	6	R\$ 3.200,00	R\$ 19.200,00
0011	TRATOR AGRICOLA SOBRE RODAS 4X4 NEW HOLLAND MODELO TL5.100, PNEU P. D. 14.9- 24	UND	6	R\$ 4.800,00	R\$ 28.800,00
0012	TRATOR AGRICOLA SOBRE RODAS 4X4 NEW HOLLAND MODELO TL5.100, PNEU P. T. 18.4-34	UND	6	R\$ 5.066,00	R\$ 30.396,00
0013	ÔNIBUS ESCOLAR MERCEDES BENS ANO 2025 FOZ 2500, PNEU 275/80 R22,5	UND	18	R\$ 2.370,00	R\$ 42.660,00
0014	FIAT UNO ATTACTIVE 1.0 – (ANO 2019/2020) PLACA: QRP – 9582, PNEU 175/65 R14	UND	12	R\$ 382,00	R\$ 4.584,00
0015	IVECO – BUS 10 – 190 ESCOLAR DPM F4H 4 CILINDROS – (ANO 2020), PNEU 215/75R 17.5	UND	18	R\$ 950,00	R\$ 17.100,00
0016	GRADE DE ARADO AGRICOLA, PNEU R 16	UND	12	R\$ 970,00	R\$ 11.640,00
0017	FIAT TOURO ENDURANCE ATD4 – (ANO 2021), PNEU235/70 R16	UND	12	R\$ 850,00	R\$ 10.200,00
0018	ONIBUS ESCOLAR IVECO 10-190E – (ANO 2021), PNEU 215/75 R17,5	UND	18	R\$ 950,00	R\$ 17.100,00
0019	ONIBUS ESCOLAR M.BENS – (ANO 2021/2022), PNEU 235/75 R17	UND	18	R\$ 1.373,00	R\$ 24.714,00
0020	MITSUBICHI L200 TRITON OUTDOOR (ANO 2022), PNEU 265/70 R16	UND	16	R\$ 980,00	R\$ 15.680,00
0021	RENAULT MASTER (ANO 2010) (AMBULÂNCIA SAMU), PNEU 205/75 R16	UND	12	R\$ 860,00	R\$ 10.320,00
0022	MOTOCICLETA HONDA NXR 160 BROS ESDD, ANO 2023, PNEU 110/90 - 17	UND	6	R\$ 390,00	R\$ 2.340,00
0023	MOTOCICLETA HONDA NXR 160 BROS ESDD, ANO 2023, PNEU 90/90 – 19	UND	6	R\$ 190,00	R\$ 1.140,00
0025	HONDA TITAN CG 150 KS ANO 2010, PNEU 90/90 – 18	UND	6	R\$ 240,00	R\$ 1.440,00
0028	MOTO NXR BROS 150 ES (SAÚDE) PLACA – NIO – 0849 ANO 2009, PNEU	UND	6	R\$ 410,00	R\$ 2.460,00



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL



	110/90 – 176				
0029	MOTO NXR BROS 150 ES (SAÚDE) PLACA – NIO – 0849 ANO 2009, PNEU 90/90 – 19	UND	6	R\$ 189,00	R\$ 1.134,00
0030	IVECO/TECTOR 11 – 190 CARGA CAMINHÃO, MECANISMO OPERACIONAL (CARRO DO LIXO) ANO/ MODELO 2022/2023, PNEU 235/75 – 17,5	UND	18	R\$ 1.376,33	R\$ 24.773,94
0031	MOTOCICLETA BROS (SEC. OBRAS) ANO 2023, PNEU DIANT. 90/90- 19M/C52P	UND	6	R\$ 190,00	R\$ 1.140,00
0032	MOTOCICLETA BROS (SEC. OBRAS) ANO 2023, PNEU TRAS.110/90-17M/C 60P	UND	6	R\$ 411,67	R\$ 2.470,02

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL – PI.

3.2 Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

4.5 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador.



4.6 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.7 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP ou sítio eletrônico oficial, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata este item deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços do adjudicatário,

5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



5.6 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.6.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

5.7 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8 a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item anterior, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.10 hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.10.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.10.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.11 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a prestação de serviços pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a



execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.



7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2 retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.3.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1 Por razão de interesse público;

8.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL



9. DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Arraial – PI, 29 de maio de 2026.

REPRESENTANTE LEGAL DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Aldemes Barroso da Silva
Prefeito Municipal

REPRESENTANTE LEGAL FORNECEDOR REGISTRADO

Odilon Madeira Coelho
Sócio – Administrador
CPF: 160.517.423-87